

A Proclamação da República e sua repercussão na imprensa carioca

CAMILA DE FREITAS SILVA*

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados parciais da pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Nosso interesse em tal pesquisa é investigar, em artigos publicados nos jornais, qual é o discurso apresentado sobre a República recém proclamada no Brasil. Entendemos que esse discurso será uma das vias para a legitimação do novo regime que surgiu do golpe de 15 de novembro de 1889 e também para a construção de uma história sobre o acontecimento. A imagem que os periódicos criaram e divulgaram em suas páginas teria então, como afirma Lúcia Lippi em seu artigo sobre as festas republicanas, preenchido “tanto uma função explicativa capaz de fornecer parâmetros para a compreensão do momento presente quanto uma função mobilizadora, quando o objetivo é alterar a ordem estabelecida”. (OLIVEIRA, 1989:175)

O projeto de pesquisa prevê o levantamento das publicações em jornais editados no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. E, como é de nosso interesse analisar o discurso imediato sobre o evento, focalizamos as notícias e artigos veiculados nos quinze dias subseqüentes à proclamação. Assim sendo, estudamos, em certo sentido, o campo da história imediata. Ainda que tão distantes do nosso objeto de estudo, lidaremos com as notícias produzidas e publicadas no calor da hora. Veremos como os periodistas tentavam, cada um à sua maneira, dar conta do evento recém acontecido e, portanto, com todo o furor que este ainda causava.

Trabalhando com os primeiros momentos da construção de uma história da proclamação – as primeiras visões, as primeiras idéias, os primeiros heróis – através da imprensa da época, nossa pesquisa evidencia as inúmeras diferenças entre aqueles primeiros discursos e percepções e a história que chegou até nós sobre este evento. A constatação destas diferenças abre espaço para pensarmos a história da proclamação da república não como uma linha reta, que vem desde o 15 de novembro até nossos dias – compreendendo que o evento, já na época, contava com múltiplas e, muitas vezes

* Mestranda em História Social, financiada pela CAPES, pelo Programa de Pós-Graduação em História Social e Território da UERJ-FFP

divergentes, interpretações – mas colocando a história do acontecimento como uma construção, que desde sua origem é complexa, problemática e conflituosa.

Vale ressaltar que outros autores trabalharam de forma parecida, demonstrando, cada um à sua maneira, a construção da história de um determinado evento: George Duby, com o livro *O Domingo de Bouvines* (DUBY, 1993), Cecília Helena de Salles, com o livro *7 de Setembro de 1822* (OLIVEIRA, 2005), e os trabalhos de Celso Castro com *A Proclamação da República* (CASTRO, 2000) e Ângela de Castro Gomes, com *O 15 de Novembro* (GOMES, 2002).

Neste trabalho, apresentaremos a análise preliminar acerca das notícias publicadas nos periódicos da cidade do Rio de Janeiro, à época corte do Império brasileiro. Dito isso, passemos então à proclamação.

A Proclamação da República, no dia 15 de novembro de 1889, levou ao fim a monarquia que, desde a independência, se mantinha no Brasil. Para os republicanos, tratava-se de um passo inevitável, para os monarquistas, da triste inserção do Brasil no quadro latino-americano, marcado pelo protagonismo dos militares (CASTRO, 2000). Por sua vez, do povo temos a visão tão difundida, a partir da frase de Aristides Lobo, jornalista republicano, de que assistiu ao episódio “bestializado”, sem entender o que ocorria, e mais recentemente, a partir do livro de José Murilo de Carvalho, de que este era “bilontra”, que não se manifestou por vontade própria, por saber que também estaria vetada a sua participação no plano político-institucional (CARVALHO, 1987).

A instauração da República no Brasil se deu a partir de um golpe militar, e ainda assim, fruto da ação de apenas alguns militares, uma vez que não havia uma unidade de ação ou consenso nesse segmento. Apesar da existência de um importante número de republicanos civis, estes estiveram ausentes do evento. Citando Celso Castro, no livro *A Proclamação da República*, “O golpe republicano foi militar, em sua organização e execução; políticos republicanos civis tiveram um papel importante apenas na organização do novo regime, não antes” (CASTRO, 2000:61-62).

Apesar de ter sido um golpe militar, a mudança do regime monárquico para o republicano ocorreu sem maiores contratemplos e dificuldades. Da noite para o dia a Monarquia havia sido derrubada e a família real havia partido para o exílio. E é certo que um evento dessa magnitude seria exaustivamente explorado pela imprensa.

O fim de um regime político não ocorre de uma hora para outra, ao acaso, o Império já vinha perdendo prestígio há algum tempo. As constantes eleições fraudulentas; as reações dos militares após a guerra do Paraguai, que queriam mais direitos e maior reconhecimento; a abolição da escravidão (1888), que se por um lado agradou a muitos, por outro desagradou a boa parte dos grandes fazendeiros do Vale do Paraíba fluminense; e a resistência para implantar reformas que eram demandadas foram questões que contribuíram para o desprestígio da Monarquia. Ainda assim, a República não era inevitável como afirma certa historiografia, ao contrário, foi um golpe audacioso, envolvendo certo risco político.

Mesmo com menor prestígio que no passado, o Império mantinha parte de sua força, especialmente pela presença do imperador, que era adorado por muitos. Era incerto o resultado do golpe e mais ainda o plano a seguir em caso de vitória. Para Castro, “o elemento surpresa e a falta de reação do governo levaram ao sucesso do golpe e desencorajaram possíveis reações contrárias” (CASTRO, 2000:76), o que não significa dizer que não houve reação contra a proclamação. Há notícias de revoltas na Bahia, no Mato Grosso, no Desterro, atual Florianópolis, entre outras localidades do país.

Os monarquistas, divididos em restauradores - que queriam a volta do regime monárquico - e adesistas - que apesar de monarquistas, aceitaram a instauração da República - formavam um grupo que esteve sempre envolvido nas questões políticas nos primeiros anos republicanos, dificultando a consolidação do novo regime. Confiavam na possibilidade de rearticulação da sua força política diante das eleições para a Constituinte e queriam, por meio de um plebiscito, evitar que fosse referendada a ação dos militares que instauraram a República, torcendo para que as crises republicanas levassem ao fim do regime e à restauração do anterior. Para além das questões concernentes à República, existiam as questões sobre a própria restauração. Era preciso lidar com o problema da sucessão monárquica, com a falta de reação do antigo governo, principalmente de Pedro II, diante da proclamação da República e, ainda, com o fracasso do último gabinete monárquico em promover as anunciadas reformas políticas (OLIVEIRA, 1989).

Vale lembrar ainda a falta de unidade entre os militares, já mencionada, o que levou também à falta de unidade na questão de um plano político-institucional a ser

seguido após a proclamação. Segundo Renato Lessa, em seu livro *A Invenção Republicana*, o Brasil acordou após o 15 de novembro “sem ter qualquer resposta institucional a respeito de si mesmo” (LESSA, 1999:70), ou seja, foram eliminadas as instituições imperiais e em seu lugar ficou por muito tempo, na falta de um novo modelo institucional, a incerteza. A República foi instaurada, mas ainda precisava ser consolidada, legitimada e institucionalizada. Era preciso preencher o vazio instaurado pelo novo regime, que visava se sobrepor a um passado monárquico de longas décadas. Um longo processo que se iniciava e que, para Renato Lessa, só se concretizou com Campos Sales (1998-1902) e a “política dos governadores”.

Na historiografia existem diversas interpretações para os primeiros anos republicanos. Como exemplos de trabalhos mais contemporâneos, destacamos: Angela de Castro Gomes – *O 15 de Novembro* (GOMES, 2002); Renato Lessa – *Invenção Republicana* (LESSA, 1989); José Murilo de Carvalho – *Os Bestializados* (CARVALHO, 1987). Já na historiografia mais tradicional, temos José Maria Bello – *História da República, 1889-1954* (BELLO, 1972); Leôncio Basbaum – *História sincera da República, de 1889-1930* (BASBAUM, 1976); e Rocha Pombo – *História do Brasil; volume V: A República* (POMBO, 1942).

Considerando-se as diferenças entre as teses, os três últimos autores consideram a Proclamação da República como um evento inevitável, quase que natural, o que diminui a importância do acontecimento, uma vez que inserido numa história linear, onde cada acontecimento está interligado levando a um determinado fim. O autor que vai quebrar essa idéia de inevitabilidade é Celso Castro, com sua tese resumida no livro *A Proclamação da República*, obra na qual ele resgata o 15 de novembro e a importância do evento em si. Segundo Castro,

o fácil sucesso do golpe republicano coloca algumas armadilhas à nossa percepção histórica do evento. Poderíamos imaginar que a República era inevitável, uma etapa necessária da ‘evolução’ da sociedade brasileira. Também seria fácil pensar que os principais protagonistas do movimento (...) atuaram de forma unida e coesa. Se assim tivesse sido, seria fácil explicar a falta de reação por parte do governo e o modo indiferente com que a maioria da população assistiu aos acontecimentos. (CASTRO, 2000:8)

Já na historiografia contemporânea, os trabalhos apontados trazem visões diferenciadas dos primeiros anos republicanos. Angela de Castro Gomes compreende a fase inicial da República como marcada pela incerteza política e por disputas que iam além das oposições entre monarquistas e republicanos. Existiam também, segundo a

autora, as disputas entre os próprios republicanos que discordavam sobre a organização do novo regime e seu funcionamento.¹ Angela de Castro Gomes interpreta esse período como anos de profunda aprendizagem política, nos quais os homens formados ao longo do império, então estão aprendendo a viver e construir a república na república, aproveitando o que era possível das práticas do império (GOMES, 2002).

Renato Lessa assinala os primeiros anos republicanos como anos entrópicos, sendo a idéia de entropia entendida pelo autor como uma associação entre estado de anarquia e um elevado grau de incerteza, isto devido à quebra dos canais de integração entre polis, demos e governo, quando abandonada a estrutura monárquica de organização do espaço público.² Segundo Lessa, “o abandono dos critérios monárquicos de organização do espaço público inaugurou um período de dilatada incerteza política”, com isso “as questões institucionais e formas de regulação, de alguma forma resolvidas pelo Império, ficaram submetidas a um estado de mundo caótico, que continha uma multiplicidade de ordens possíveis”(LESSA, 1999:74).

Por fim, José Murilo de Carvalho, em *Os Bestializados*, aponta a existência de diferentes projetos para o país e de uma profunda desorganização política. Estes projetos variavam entre os que apoiavam o individualismo da democracia formal; os influenciados pela revolução francesa, preocupados com a igualdade social; os positivistas, defendendo um Estado centralizador; e os partidários de um movimento atuante dos trabalhadores. Além disso, outro ponto importante da tese do autor é a falta de participação popular na Proclamação por uma auto-exclusão do povo, que não via na República possibilidades efetivas de um aumento da participação popular (CARVALHO, 1987). Já em seu livro *A Formação das Almas* o autor faz uma investigação dos símbolos republicanos, do “imaginário da República no Brasil”, analisando os projetos republicanos em disputa e os símbolos, tanto os que se perpetuaram quanto os que não ganharam grande importância, buscando quais armas foram utilizadas para a legitimação do novo regime e quais os resultados alcançados (CARVALHO, 1990).

¹ José Murilo de Carvalho em seu trabalho *A Formação das Almas* aponta e analisa alguns dos projetos de república que estavam em disputa à época.

² O conceito de polis é entendido, segundo o autor, como o conjunto de atores que, além da posse de direitos políticos formais, ocupam posições privilegiadas na estrutura do poder. Já o conceito de demos diz respeito à parcela da população que possui direitos formais, participando do processo de votação.

A mudança de um regime político para o outro também implica a reorganização no plano político institucional – criação de novas rotinas institucionais e programas políticos. Além disso, fazia-se necessária a montagem de uma nova memória nacional, a definição de novos símbolos de coesão, que serviriam à legitimação do novo regime, apesar da forma como se deu aquela ruptura - um golpe de Estado realizado por militares. Para a construção desse imaginário social, na divulgação e consolidação da nova ordem, a imprensa teve papel de destaque (OLIVEIRA, 1989).

Nas páginas dos jornais um discurso sobre o acontecimento ia sendo escrito, ainda que a posição dos diferentes periódicos, a favor ou contra o novo regime, já estivesse previamente definida. Tratava-se de uma história móvel que ainda caminhava para o estabelecimento dos símbolos que permaneceriam. Nesse movimento, “cada momento presente e cada crise ou mudança na sociedade permitem que se construa uma nova tradição, definindo que eventos e pessoas devem ser lembrados e quais devem passar ao esquecimento” (OLIVEIRA, 1989:174).

Veremos nesta comunicação então de que maneira a Proclamação da República aparece nos principais periódicos do Rio de Janeiro, então capital do Brasil e, portanto, epicentro do acontecimento. Analisando o tratamento dispensado pelos jornais à própria mudança de regime e aos primeiros dias de sua vigência, podemos perceber, pela maneira como constroem as notícias publicadas, se são contrários, favoráveis ou neutros diante do evento da proclamação. Uma vez que o posicionamento político do jornal influenciava diretamente a seleção e a apresentação das notícias e a forma em que eram publicadas, apresentaremos primeiramente algumas informações sobre os jornais pesquisados.

Sobre o *Jornal do Commercio*, Nelson Werneck Sodré, no livro *História da Imprensa Brasileira*, apresenta uma descrição feita por Alcindo Guanabara acerca do periódico:

o Jornal do Comércio não é partidário, mas pesa deliberadamente na concha das instituições. É conservador nesse sentido; é moderado, em todos os sentidos. Como sempre, não encontrareis o eco dos clamores partidários; mas acompanhareis com mais detalhes, recebendo, talvez, impressões mais nítidas os fatos que nos constituem a vida. (SODRÉ, 1999:218)

Foi fundado em 1º de outubro de 1827, por Pierre Plancher – um francês que se estabeleceu no Brasil, saindo de seu país por motivos políticos – sendo o mais antigo jornal em circulação na cidade (SODRÉ, 1999). E ainda que um jornal mais voltado

para o comércio, trazia sempre as principais notícias do dia e era um dos maiores jornais mais lido da cidade. Para Sodré, o jornal foi a expressão do conservadorismo que dominou a imprensa na segunda metade do século XIX, sendo um dos poucos jornais que sobreviveria ao crescimento efêmero de periódicos após a independência do Brasil. Segundo Marialva Barbosa, o *Jornal do Comércio* não tinha aspiração de ser popular,

fazendo questão de acentuar o seu trânsito entre a classe dominante – orgulhava-se de ser “o jornal das classes conservadoras, lido pelos políticos, pelos homens de negócio, pelos funcionários graduados” – o Jornal do Commercio era o periódico mais caro do Rio. (BARBOSA, 1996:58-59)

Já a *Gazeta de Notícias*, outro periódico que alcançou grande sucesso, tinha um perfil liberal e popular. Max Leclerc, correspondente de um jornal parisiense no Brasil, comparando a *Gazeta de Notícias* com o *Jornal do Commercio* afirma que:

A Gazeta de Notícias em muito diferente; sua impassibilidade não consiste em registrar passivamente os acontecimentos; tem como redator-chefe o dr. Ferreira de Araújo e nisso está sua força. O dr. Araújo é um excelente jornalista; julga homens e coisas com condescendente ironia; escreve com precisão, elegância e sobriedade raras. (...) Nas questões que debate, sua opinião é em geral decisiva. (SODRÉ, 1999:289)

Foi fundada em 1875³, por Ferreira de Araújo, “homem de iniciativas saneadoras, tendo reformado a imprensa do seu tempo, para dar espaço à literatura e às grandes preocupações, com desprezo pelas misérias e mesquinhas da política” (SODRÉ, 1999:224).

Segundo Marialva Barbosa, a *Gazeta de Notícias* iniciou a forma de “jornal barato, popular, fácil de fazer” (BARBOSA, 1996:61), empregando escritores queridos do período. Proclamava-se um jornal independente, não sendo filiado a grupos ou facções políticas. Tinha como destaque seu enfoque na literatura. Estavam entre os seus principais colaboradores Bilac, Guimarães Passos, Coelho Neto, Pedro Rabelo e Emílio de Menezes.

Por fim, *O País* começou a circular no dia 1º de outubro de 1884 e tinha como diretor e redator chefe Quintino Bocaiúva. O proprietário era João José dos Reis Júnior, o Conde São Salvador de Matosinhos, que ajudava o jornal financeiramente. Sobre o jornal, Marialva Barbosa ressalta: “era uma publicação modesta, de quatro páginas,

³ ³ Mariaval Barbosa aponta como data de fundação 1875, já Nelson Werneck Sodré aponta 1874. Utilizamos a data utilizada por Barbosa por sua pesquisa ser mais recente.

ocupadas por artigos de cunho opinativo” (BARBOSA, 1996:69). Somente mais tarde, em 1905, quando adotou as mudanças gráficas e editoriais, já realizadas por muitos jornais, aumentou o número de suas páginas.

O *Jornal do Commercio*, com um perfil extremamente informativo, noticiou a instauração do regime republicano, porém tentava evitar emitir opinião sobre os fatos e buscava sempre versões mais aceitáveis e as publicava. Trazia nas notícias, sempre que possível, os horários exatos dos acontecimentos. A grande preocupação aparente do jornal era com a manutenção da ordem e da tranqüilidade pública. Nos trechos a seguir, veremos como eram estruturadas as notícias⁴:

O marechal, penetrando então no quartel com o seu estado maior, foi recebido com aclamações pela força ali postada e pouco depois, acompanhado por este regressou ao Campo, sendo de novo muito vitoriado.

Foi em seguida o marechal Deodoro à sala onde se achavam os ministros demissionários e expôs longamente os motivos de queixa que o exército tinha do ministério que em sua opinião eram fundadas. Terminando a sua exposição, o marechal Deodoro deu ordem de prisão aos Srs. Visconde de Ouro Preto e Candido de Oliveira.

Instantes depois a artilharia dava uma salva de 21 tiros. (Jornal do Commercio, 16/11/1889).

Mesmo que pudesse ser considerado como um jornal de apoio à monarquia, nota-se que não apresentava qualquer notícia que criticasse diretamente a República, nem mesmo que criticasse a forma como o regime fora instaurado. Como podemos observar nos trechos citados, O *Jornal do Commercio* limitava-se a publicar muito pontualmente os acontecimentos, buscando sempre demonstrar imparcialidade. Os únicos artigos de opinião encontrados nos jornais encontravam-se na seção de publicações “a pedidos”. Sendo assim, não compartilhavam a mesma posição de “neutralidade” do jornal acerca do 15 de novembro, veiculando apenas opiniões de leitores específicos.

A afirmação da neutralidade era justificada no próprio jornal:

Não nos é possível neste momento ser historiador, apreciando os fatos em suas causas próximas ou remotas e emitindo juízo sobre casos que, para justo e imparcial julgamento, exigem a calma da reflexão. Vamos expor simplesmente os acontecimentos de ontem... (Jornal do Commercio, 16/11/1889)

Já a *Gazeta de Noticias* mostrou-se claramente a favor da Proclamação. Em seus artigos, louvou as ações dos republicanos, os militares e a mudança de regime. Em sua primeira notícia sobre o evento preocupou-se especialmente em registrar que, com a

⁴ A grafia das transcrições foi atualizada mantendo-se a estrutura original da frase.

Proclamação, a “ligação entre o exército e a monarquia” já não existia mais. No dia 16 de novembro, a *Gazeta*, relatando o acontecimento, publicou:

Toda força militar achou-se ontem unida em um pensamento único: o ministério foi deposto por intimação do Sr. Marechal Deodoro da Fonseca, e os gritos de viva à república ecoaram durante o dia na cidade inteira. Está quebrada toda e qualquer ligação entre o exército e a monarquia, pelo fato da unanimidade com que aquele se manifestou, e porque em questão d’esta ordem não se volta, depois de ter chegado a certo ponto. (Gazeta de Notícias, 16/11/1889)

Continuando a leitura da notícia é possível ver que essa “quebra de ligação” foi mais uma vez mencionada. Podemos imaginar que tal insistência se deva à intenção de demonstrar que não seria viável restaurar a antiga ordem, uma vez que o exército, que fora um dos pilares do regime monárquico, já não estava mais ao seu lado. Sobre reações da população, a *Gazeta* assinalou: “o espanto, a surpresa e a ansiedade – eis o que se notava em todos os olhares, em todas as fisionomias.”

Os primeiros dias do Brasil republicano e as primeiras ações do novo governo foram saudadas pelo periódico por sua “verdadeira orientação patriótica” indo de acordo com os interesses da nação. Nos artigos e notícias veiculados, o jornal infere que a nova ordem, da forma como foi instaurada e sendo mesmo uma “benéfica ditadura”, seria preferível para a população e haveria de alcançar mais resultados do que a espera, tantas vezes infrutífera, por uma ação da parte do regime monárquico. Segundo o jornal:

A benéfica ditadura que assumiu a gestão dos negócios públicos, em tão poucos dias de brilhante exercício, tem-se já recomendado a benemerência pública pela verdadeira orientação patriótica, pelo espírito de justiça, pela retidão e pela enérgica e resoluta gerencia dos interesses pátrios. (...) Jamais governo algum iniciou sobre tão bons auspícios a sua administração; e tal é a confiança que inspiram os primeiros atos ditatoriais, que o espírito público prefere-a às incertezas de resultado de uma consulta eleitoral, tantas vezes estéril, quando não nefasta, como o tem demonstrado a experiência no regime deposto. (Gazeta de Notícias, 23/11/1889)

Outra campanha feita pelo jornal foi a de exaltação de alguns personagens que teriam participado da proclamação da República, apresentados como novos heróis nacionais. O Major Sólton Ribeiro, O Major Serzedello Correia, Menna Barreto e o Tenente Sebastião Bandeira foram algumas das figuras mencionadas e, com exceção dos dois últimos, cujas histórias foram publicadas em um mesmo texto, todos os demais receberam uma matéria de destaque no jornal, contando suas histórias de vida e o grau de envolvimento no evento. Dessa forma tais personagens eram apresentados como destaque na história recente da república no Brasil e o jornal chamava a atenção de que deveriam figurar nos trabalhos posteriores sobre o assunto. Essa primeira tentativa de

construção de uma narrativa para o evento, ao longo dos anos, foi se perdendo e dando espaço para uma nova história.

No dia 18 de novembro, o jornal aponta o caminho para a reconstrução da nação nos moldes da nova ordem: “trabalhar afincadamente” e abandonar as práticas do antigo regime. Ou seja, não só uma opinião foi emitida sobre o acontecimento, mas também uma direção para se seguir a partir de então. Para a *Gazeta de Notícias*, a proclamação apaga o passado e o futuro passa a ser a meta e a preocupação maior.

Diferente do *Jornal do Commercio*, para a *Gazeta*, ainda que os fatos não estivessem totalmente esclarecidos, era importante não abrir mão de manifestar uma posição sobre o acontecimento de 15 de novembro, o que assinala o engajamento do periódico no projeto republicano. No dia 16 de novembro de 1889, quando foram publicadas as primeiras notícias sobre a proclamação nos jornais matutinos, saiu na *Gazeta*:

A hora em que traçamos estas linhas, correm ainda boatos descontraídos sobre [ilegível], quer possamos ainda hoje dar aos nossos leitores notícias decisivas, quer fique ainda alguma coisa para se decidir, nós é que não nos julgamos com o direito de calar o nosso modo de ver as coisas. (Gazeta de Notícias, 16/11/1889)

Outro grande “amigo” do novo governo foi o jornal *O Paiz*. Em suas páginas, as notícias relativas à proclamação e aos acontecimentos dos dias subsequentes exaltaram os militares, a República e o povo como participantes do acontecimento. Fica clara a simpatia do periódico pela República, que apontou para o caráter pacífico e ordeiro do povo fluminense durante a derrubada do regime monárquico.

Comentando o agrupamento das tropas no Campo da Aclamação, durante as horas que se seguiram à queda do gabinete Ouro Preto, *O Paiz* registrou:

Não podia ser mais imponente o aspecto que apresentavam as forças de terra e mar, formadas no campo da Aclamação, desde o amanhecer, em frente ao quartel das primeiras, onde, situada a secretaria de guerra, conservava-se os prisioneiros do povo e dos militares o gabinete decaído. (...) Ali permanecendo durante horas, senhora da praça, a força levantava sucessivas vivas à liberdade, à nação brasileira, ao exército e armada, à república salvadora. (O Paiz, 16/11/1889)

Podemos verificar nesse trecho a forma pela qual o jornal se referia à república como “salvadora” e a idéia de que o cerco formado pelos militares em frente à secretaria de Guerra fazia do gabinete Ouro Preto, não só prisioneiro dos militares, mas por extensão do povo, ainda que estes não estivessem presentes no momento.

No dia seguinte, 17 de novembro, o jornal publicou um telegrama vindo da Bahia, que narrava um conflito envolvendo um “grande grupo de monarquistas” que,

indo para o centro da cidade, encontrou-se com um grupo republicano. O violento enfrentamento acabou resultando em dois mortos e vários feridos:

Depois das 8 horas do mesmo dia [sobre o dia 16], grande grupo de monarquistas, vindo do lado do Campo Grande em direção ao centro da cidade.

Ao entrar na praça do palácio encontrou-se com o grupo republicano, sendo travada luta, da qual resultaram diversos ferimentos, morrendo dois indivíduos. (O Paiz, 17/11/1889)

O mesmo telegrama contou, em seguida, sobre um ataque à casa do médico Manuel Vitorino Pereira, famoso político republicano da Bahia, que logo depois, no mesmo ano, assumiria o governo do Estado, tornando-se mais tarde vice-presidente da República, no Governo de Prudente de Moraes (1894-1898).

A casa do Sr. Victorino Pereira, no largo de Nazareth, foi apedrejada e depois guardada pela cavalaria.

Correm boatos contraditórios, sendo impossível verificar o que há de verídico. (O Paiz, 17/11/1889)

De todos os jornais analisados, essa foi a única notícia encontrada sobre um conflito aberto nesses primeiros dias de Brasil República. Além dos trechos já mencionados, uma coluna do jornal merece nossa atenção.

A “Sessão Foguetes” publicada n’*O Paiz* abordou a proclamação e a República nascente. Contava com uma personagem, Zé Povinho, que representava a população. Na edição do dia 19 de novembro o jornal publicou na respectiva sessão:

*Zé Povinho ainda está de boca aberta.
Andaram a dizer-lhes há umas dúzias de anos que a república era uma coisa medonha, um bicho danado, com olhos cor de sangue, com baionetas em vez de unhas e punhais em vez de dentes... e o pobre Zé Povinho, o empulhado e sempre crédulo, chegou a ficar com medo, andou escabreado e olhando para os republicanos de soslaio.*

Um belo dia – zaz! A república põe a cabeça de fora, e com a cabeça vem todo o corpo... e sai a passeio, e sorri para todos, e espalha flores em vez de derramar sangue... e Zé Povinho fica absorto três dias depois de cair das nuvens, apercebendo-se que a coisa era totalmente diversa do que lhe andaram dizendo tanto tempo. (O Paiz, 19/11/1889)

Como podemos observar a personagem – representando o povo – aparece como alguém “crédulo”, que acreditou nas mentiras contadas sobre a República e que, quando esta se fez, ficou encantado por ver que nada era como haviam lhe dito.

Nessa mesma sessão, no dia 27 de novembro foi publicado um artigo sobre a reação popular contrária à nova bandeira que havia sido confeccionada. Mesmo aí, o que poderia ser encarado como certa resistência da população, foi explorado em outra linha de interpretação. A nova bandeira fora sim rejeitada, mas a grande questão levantada pelo jornal não era a rejeição, e sim a República ter “ouvido” as opiniões e

buscado as levar em consideração. Logo, o Zé Povinho, “que não estava acostumado a merecer essa *importância*, ficou admirado de si mesmo, perplexo, incrédulo”. Mas os tempos eram outros, e no novo regime a população teria voz.

Assim sendo, como podemos observar, a sessão cria uma idéia muito particular dos populares. Eram “bonachões”, que foram iludidos por anos no regime monárquico, desacreditados de sua importância e sem saber o que era ser ouvido. E, com a mudança do regime, encontravam-se maravilhados com tudo que viam e acontecia, ainda que um tanto desconfiados a princípio, sintomas das ilusões vividas por tantos anos. O regime havia mudado, as antigas instituições haviam ruído. Para *O Paiz*, era a hora de começar um novo sistema político e reconstruir a nação nos novos moldes.

Por fim, podemos observar que diferentes discursos sobre a República estavam sendo criados conforme os dias se seguiam. A *Gazeta de Noticias* e *O Paiz* tentaram construir, desde o dia seguinte à Proclamação, uma imagem positiva do evento e da República. A idéia central desses jornais era apresentar o novo regime como legítimo, que seria melhor, uma vez que o povo teria voz e seria reconhecido. Já o *Jornal do Commercio*, que se pretendeu neutro na questão, publicando as notícias, estas perdendo o lugar de destaque, tornando-se cada vez mais pontuais e sucintas, conforme os dias iam passando, evitando dar uma opinião direta sobre o assunto.

Este discurso sobre a República, é importante enfatizar, foi construído no calor da hora, seguindo o rumo dos acontecimentos, ocupando grande parte dos jornais, a cada dia que se passava. Lidando com sua própria efemeridade, visto que a notícia de ontem já era passado, consolidar uma representação sobre o acontecimento era não deixá-lo também virar passado. Era necessário comentário constante, apresentar o máximo de informação possível e manter o assunto em voga. Assim sendo, as transformações foram registradas minuciosamente. Elogiando, criticando, dando indicações de como agir e elegendo momentos e pessoas que deveriam ser lembradas, os periódicos, ao longo dos dias subseqüentes à Proclamação, construíram seus discursos, baseados em suas inclinações políticas, dando suporte ou criticando os eventos.

Ao longo deste trabalho buscamos demonstrar como se deu a construção de um discurso sobre a proclamação da República e como tal discurso, sendo em sua maioria positivo, nos jornais selecionados, ajudou a dar autenticidade à mudança de governo ocorrida através de um golpe.

Fontes primárias:

Gazeta de Notícias – Biblioteca Nacional (RJ) / IHGB (RJ) (16/11/1989-31/11/1989)
Jornal do Comércio – Biblioteca Nacional (RJ) (16/11/1989-31/11/1989)
O País – Biblioteca Nacional (RJ) (16/11/1989-31/11/1989)

Bibliografia

BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, Poder e Público: Os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. 1996. 410f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

DUBY, Georges. *O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. “Primeira República: um balanço historiográfico”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, nº 4, 1989.

GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. (coords) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira: CPDOC, 2002

GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida de Bastos (orgs) *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2ª Ed., 1999

LESSA, Mônica Leite e FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (org.), *Imprensa, pensamento político e historiografia (1822 – 1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *7 de setembro de 1822: A independência do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “As festas que a República manda guardar”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 4, 1989.

SIQUEIRA, Carla. *A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890/1922*. In: IV Congresso ALAIC *Ciencias de la comunicación: Identidades y Fronteras*. Recife, 1998. Anais... São Paulo: USP, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. Ed (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.